

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012561-90.2012.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Adans Paulo França dos Santos**
Requerido: **Centro Universitario Central Paulista Unicep e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a parte autora alegou que concluiu o curso de Tecnologia em Manutenção de Aeronaves a cargo das rés e que somente então veio a saber que necessitava realizar um exame junto à ANAC para poder exercer sua profissão.

Alegou ainda que não conseguiu fazer esse exame porque o curso não tinha sido homologado perante aquele órgão, o que inviabilizou sua atuação nessa área laborativa.

Almejou diante disso à condenação das rés ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em providenciar a aludida homologação, bem como de indenizá-la pelos danos que experimentou.

Após regular tramitação, sobreveio a prolação de sentença que restou anulada pelo Colendo Colégio Recursal local, de sorte que o feito retomou seu curso sem que haja, agora, necessidade da produção de novas provas.

Assinalo de princípio que o processo é útil e necessário à finalidade perseguida pela parte autora, residindo aí o seu interesse de agir.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

No mérito, extrai-se dos autos que após a propositura da ação o curso em pauta foi homologado junto à ANAC através de portaria lavrada em 30 de agosto de 2012.

Por outro lado, a ANAC reforçou a obrigatoriedade de autorização desse curso, cristalizada naquela homologação, positivando que os alunos que estivessem na mesma condição da parte autora não estariam *"aptos a prestar exame para avaliação e obtenção de licença de Mecânico de Manutenção Aeronáutica, por deficiência do conteúdo programático e carga horária"*.

Salientou no mesmo documento que esses alunos poderão inscrever-se no respectivo exame mediante comprovação de complementação dos estudos através do plano que detalhou.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, permite algumas conclusões.

A primeira delas é a de que o pleito exordial, quanto à obrigação de fazer imputada às rés, perdeu o objeto na medida em que a homologação a seu cargo sucedeu.

As demais conclusões voltam-se aos pedidos de indenização e a propósito é de rigor o acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Nesse sentido, os danos morais causados à parte autora pelas rés são evidentes.

Isso porque quando elas disponibilizaram o curso de manutenção de aeronaves ofereceram a perspectiva de inserção em determinado segmento do mercado de trabalho afeto a essa atividade.

É óbvio em consequência que todos os alunos que se submeteram ao mesmo tinham a fundada expectativa de que estariam com sua conclusão habilitados a tanto, mas isso não se concretizou porque ele não estava homologado perante a ANAC, condição essencial para que pudessem prestar a prova para obtenção da carteira de habilitação técnica.

A frustração daí decorrente é clara, dispensa considerações a demonstrá-la e seguramente provocou abalo de vulto à parte autora, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta à configuração de danos morais passíveis de ressarcimento, nada eximindo a responsabilidade das rés.

O valor da indenização, porém, não poderá ser o postulado porque transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela parte autora em sete mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Outra é a solução para o pedido concernente aos danos materiais.

Eles abarcaram o que a parte autora deixou de ganhar no exercício de sua profissão (lucros cessantes), tomado como parâmetro o piso de sua respectiva categoria laborativa.

Não lhe assiste razão, todavia, porque a reparação a esse título pressuporia dano concreto e objetivo, diverso de mera expectativa como a referida pela mesma.

Por outras palavras, não se sabe se realmente a parte autora seria aprovada no exame que realizaria, obtendo sua CHT, ganharia acesso ao mercado de trabalho, seria contratada e atuaria na função para a qual se preparou, permanecendo nela ao longo do tempo.

Se de um lado tais perspectivas não poderiam ser à evidência afastadas, é certo, de outro, que igualmente poderiam não concretizar-se, panorama incompatível com a existência de lucros cessantes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem à parte autora a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**